



ISSN 2177-2940  
(Online)

ISSN 1415-9945  
(Impresso)

## Outras Guerras Frias: os embates entre neoliberais e neoconservadores estadunidenses diante da Revolução Nicaraguense

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i1.41474>

Roberto Moll Neto

Professor de História da América da Universidade Federal Fluminense. [roberto.moll@gmail.com](mailto:roberto.moll@gmail.com)

### Palavras Chave:

Revolução Nicaraguense;  
Estados Unidos; Neoliberais;  
Neoconservadores; Governo  
Reagan; Guerra Fria.

### Keywords:

Nicaraguan Revolution; U.S;  
Neoliberals; Neoconservatives;  
Reagan Government; Cold War

### Palabras clave:

Revolución Nicaraguense;  
Estados Unidos; neoliberales;  
neoconservadores; Gobierno  
Reagan; Guerra Fria

### Resumo

Em meio a Guerra Fria, a Revolução Sandinista abalou os interesses dos Estados Unidos na região da América Central e do Caribe. Durante o Governo Reagan, os Estados Unidos intensificaram as ações de intervenção na região a fim de derrubar o Governo Sandinista. Este artigo pretende demonstrar que, mesmo no campo ortodoxo da política estadunidense, o papel dos Estados Unidos em face da revolução na Nicarágua não estava pré definido exclusivamente em uma visão de mundo única e que, portanto, haviam propostas concorrentes, que, inclusive, compreendiam a realidade na região a partir de dinâmicas próprias, e não apenas em função da Guerra Fria.

### Abstract

#### **Other Cold Wars: the clashes between neoliberals and neoconservatives in the face of the Nicaraguan Revolution**

In the midst of the Cold War, the Sandinista Revolution shook US objectives in the Central America and Caribbean. During the Reagan Administration, the United States stepped up intervention in the region to overthrow the Sandinista Government. This paper intends to demonstrate that even in the orthodox field of American politics, the role of the United States in the face of the revolution in Nicaragua was not exclusively defined in a single perceptions and that therefore there were competing proposals that even understood the reality in the region from its own dynamics, and not only because of the Cold War.

### Resumen

#### **Otras guerras frías: los embates entre liberales y neoconservadores estadunidenses ante la Revolución Nicaragüense**

En medio de la Guerra Fría, la Revolución Sandinista sacudió los intereses de Estados Unidos en la región de América Central y del Caribe. Durante el Gobierno Reagan, Estados Unidos intensificó las acciones de intervención en la región a fin de derrocar al Gobierno Sandinista. Este artículo pretende demostrar que, incluso en el campo ortodoxo de la política estadounidense, el papel de los Estados Unidos frente a la revolución en Nicaragua no estaba pre definido exclusivamente en una visión de mundo única y que, por lo tanto, había propuestas concurrentes, que incluso comprendían la realidad en la región a partir de dinámicas propias, y no sólo en función de la Guerra Fría.

## **Introdução: a conjuntura e as forças políticas e ideológicas**

A América Central e o Caribe ocupam uma posição periférica estratégica para os Estados Unidos. Todo fluxo de matérias primas e produtos manufaturados que entram e saem dos Estados Unidos, por meio do complexo portuário da Louisiana, para o hemisfério sul precisam cruzar a Bacia do Caribe, margeada por cinco países que compõe a América Central. Mais do que isso, a região, repleta de istmos e canais naturais e artificiais, é a melhor rota para interligar o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico. Além de tudo, a região ocupa uma posição militar estratégica de segurança e defesa do território estadunidense ao impedir que invasores subam pelo Rio Mississippi em direção ao interior do país e San Salvador está mais próximo de Washington do que San Francisco. Em 1979, na Nicarágua, a Revolução Sandinista, liderada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) em conjunto com liberais e forças políticas tradicionais alijadas do poder, derrubou a Família Somoza, aliada dos Estados Unidos na região desde a década de 1930. Logo, a Revolução Sandinista acendeu o alerta vermelho nos Estados Unidos, sobretudo durante o Governo de Ronald Reagan (1981-1989).

Frequentemente, o papel dos Estados Unidos na América Latina entre 1945 e 1989 é reconstruído em função da Guerra Fria como resultado de uma concepção ideológica homogênea, expressas mormente em doutrinas de política externa anti-comunistas. Esta proposta tem por objetivo questionar parcialmente esta narrativa. Para isso, este artigo lançará luz sobre diferenças e semelhanças nas narrativas e nas propostas de neoconservadores e neoliberais diante da Revolução Nicaraguense, especificamente em duas revistas representativas, a *Commentary Magazine* e a *The New Republic* (TNR). Com isso, pretende demonstrar que, mesmo no campo ortodoxo da política estadunidense, o papel dos Estados

Unidos em face da revolução na Nicarágua não estava pré definido exclusivamente em uma visão de mundo única e que, portanto, havia propostas concorrentes, que, inclusive, compreendiam a realidade na região a partir de dinâmicas próprias, e não apenas em função da Guerra Fria.

Até a passagem do século XIX para o século XX, os liberais e o liberalismo nos Estados Unidos representavam a crença no *laissez-faire* e no governo limitado. Entretanto, no século XX, o liberalismo estadunidense, em descompasso com o homônimo europeu, se tornou uma percepção de mundo em que o governo deveria, racionalmente, elaborar programas sociais para promover o bem estar e a igualdade de oportunidade entre os indivíduos porque, somente assim, os mesmos poderiam alcançar a liberdade. Como aponta Gary Gerstle, no século XX, o liberalismo estadunidense esteve associado à percepção de que a ausência ou a limitação das instituições tidas como não naturais, como o Estado, não garantia a emancipação dos indivíduos. Ao contrário, os indivíduos necessitavam de recursos econômicos e sociais, racionalmente direcionados, para viver e gozar de liberdade e de individualidade (GERSTLE, 1994). Como resposta à crise dos anos 1970, muitos liberais buscaram reavivar o liberalismo clássico com uma nova roupagem, com ênfase no livre mercado. Para esses neoliberais, os excessivos gastos públicos, os altos impostos e a crescente regulação do governo sobre a atividade econômica, somados, geraram inflação, endividamento e prejuízos à produtividade. Para solucionar estes problemas, a atuação do Estado deveria ser mínima. Resumidamente, na perspectiva neoliberal, isto significa: 1) cortar gastos para diminuir a oferta de moeda, com o objetivo de conter a inflação, e abrir espaços de atuação do setor privado através de privatização, a fim de criar setores para dinamizar a produção; 2) aumentar a taxa de juros para conter o crédito, consequentemente diminuir a circulação de

moeda e atrair capitais para o setor financeiro até que a inflação fique sob controle; 3) diminuir ou extinguir as regulações para reduzir o custo da produção e facilitar transações financeiras e comerciais; 4) reduzir a taxação, principalmente dos mais ricos, para estimular a inversão de capital no setor produtivo e/ou financeiro.

O Estado mínimo neoliberal não significa ausência de Estado, pois esse não pode abrir mão do uso legítimo da força por meio das forças policiais e das forças armadas para garantir o direito à vida, à propriedade e às liberdades individuais, incluindo o direito ao próprio corpo. Portanto, os neoliberais, frequentemente, apoiam políticas de legalização das drogas, descriminalização da prática de aborto e união civil homoafetiva. E, como salvaguarda do direito à vida, a atuação mínima do Estado pressupõe políticas para socorrer aqueles que se encontram em necessidade.

Transportado para o cenário internacional, o ideário neoliberal preconiza a desregulamentação e o aumento das trocas e dos fluxos financeiros internacionais e a intensificação da cooperação entre as nações. Teóricos neoliberais, como Joseph Nye, argumentam que uma crescente interdependência econômica está presente na nova conjuntura mundial. Nesta, os Estados estão interessados em maximizar seus ganhos individuais absolutos, sendo indiferente aos ganhos relativos dos demais. Esta interdependência não seria um fenômeno benigno ou maligno e não afetaria todos da mesma forma. Portanto, os neoliberais reconhecem que a interdependência é assimétrica. Contudo lembram que os resultados das interações não são sempre determinados pela distribuição de riqueza e de poder. Sob a ótica neoliberal, os países grandes nem sempre predominam nas negociações por serem grandes. Deve-se levar em conta a relação entre intensidade das preferências e os recursos à disposição dos membros. Quanto maior for a intensidade das preferências maior será a

coerência das políticas adotadas e consequentemente o resultado será favorável.

Assim, se os Estados agirem de forma racional, cooperativa e coerente, todos podem sair ganhando. Para afirmar o caráter científico da sua teoria, os neoliberais recorreram à lógica da teoria dos jogos. Nesta lógica, os Estados, em um sistema anárquico e incerto, depois de certo número de repetições de interação vão preferir a cooperação porque a repetição cria os parâmetros entre os jogadores através da experiência, e, como resultado, aumenta o grau de previsibilidade e reduz as desconfianças. Isto torna a trapaça uma jogada arriscada. Assim, vão optar por ganhos menores, mas com mais segurança. A cooperação se torna reiterada e os atores percebem que é a melhor estratégia a longo prazo.

Entretanto, os neoliberais reconhecem que existem Estados que atuarão de forma unilateral e, se necessário, trapacearão para atingir seus objetivos. Assim, para os neoliberais, as organizações internacionais têm um papel fundamental. Elas podem facilitar a cooperação, reduzindo a incerteza e oferecendo estruturas em que os acordos podem ser negociados. Em outras palavras, diminuem as imposições unilaterais e trapaças porque fornecem informações aos governos e ajudam a construção e a adoção de regras que estabelecem padrões de conduta, como aqueles expressos no “Consenso de Washington”, orientados aos países que queiram contrair empréstimos com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

De acordo com os neoliberais, os Estados promovem a criação de instituições multilaterais para amenizar a anarquia, minimizando a insegurança, os conflitos no Sistema Internacional, e promovendo a cooperação. Os países que se julgarem prejudicados podem criar mecanismos dentro das instituições para reverter essa realidade. Os neoliberais reconhecem que nenhuma instituição é capaz de obrigar os Estados a cumprir os compromissos. Contudo, pode

coagi-los, deixando os custos da não cooperação altos. Além disso, os governos podem construir instituições para benefício conjunto, sobretudo ao fornecer informações, reduzir os custos das transações, diminuir as despesas, assumir compromissos mais críveis, estabelecer pontos focais para a coordenação e, em geral, facilitar a operação de reciprocidade. Com tudo isso, para os neoliberais, a segurança seria resultado da reiteração da interação entre os Estados, mediada e facilitada por instituições internacionais, principalmente por meio de mecanismos que facilitam a cooperação e a confiabilidade em um ambiente de livre circulação de capitais e de mercadorias.

Depois das eleições de 1976, candidatos com tendências neoliberais passaram a administrar estados e ocupar lugar de destaque na Câmara de Representantes e no Senado. Um ano depois da vitória de Carter, Gary Hart, que foi coordenador de campanha de McGovern, e Paul Tsongas, se elegeram sob tutela do Partido Democrata, respectivamente para o Senado pelo estado do Colorado e para a Câmara de Representantes pelo estado de Massachusetts. Ambos defenderam propostas neoliberais. Dentre outros quadros importantes da nascente ala de viés neoliberal do Partido Democrata, Bruce Babbitt assumiu como Governador do Arizona em 1978; Chuck Robb se sagrou Governador do Estado da Virgínia em 1982; Michael Dukakis se tornou Governador do Estado de Massachusetts em 1983; Bill Clinton se tornou Governador do Arkansas em 1983; Mario Cuomo assumiu o cargo de Prefeito de Nova Iorque em 1983; Tim Wirth assumiu como Representante do Colorado em 1975; Al Gore assumiu como Representante do Tennessee na Câmara de Representantes em 1977; Dick Gephardt assumiu como Representante do Missouri também em 1977; e William Gray assumiu como Representante da Pennsylvania em 1979.

Todos esses atores cresceram rapidamente no Partido Democrata e na política

estadunidense. Tsongas passou da Câmara de Representantes para o Senado em 1984; Al Gore assumiu uma vaga no Senado em 1985; e Gephardt se tornou Líder da Maioria na Câmara de Representantes em 1989. Além disso, democratas tradicionais como Lawton Chiles, Senador pela Flórida, Sam Nunn, Senador pela Georgia e Gillis Long, Representante da Louisiana, se aproximaram do neoliberalismo. Todos esses quadros estavam organizados no DLC e formaram o New Democrat Movement como uma facção do Partido Democrata, informalmente desde 1985, e formalmente a partir 1988. Na sociedade civil, a revista *The New Republic* (TNR) funcionou como caixa de ressonância do neoliberalismo. Em 1974, Martin Peretz, um intelectual judeu e casado com a herdeira da Singer Sewing Machine Company (Singer Corporation), comprou a TNR. Sob liderança de Peretz, o TNR mesclou o liberalismo tradicional anticomunista com o neoliberalismo.

Em paralelo, a desilusão com o conservadorismo moderado somada à oposição ao comunismo promoveu uma nova geração de conservadores, sobretudo após a descoberta do pacto com Hitler e das atrocidades reveladas no Relatório Krushev em 1956. O socialista Michael Harrington cunhou o termo “neoconservadorismo” para se referir a este novo tipo de conservadorismo. Os neoconservadores e o neoconservadorismo partiam do mesmo princípio dos neoliberais. Inspirados no liberalismo clássico, acreditavam que a interferência do governo na economia e os programas sociais geravam inflação, endividamento e prejuízos à produtividade. Mas, mais do que isso, promoviam dois problemas graves.

O primeiro problema, para os neoconservadores, era que os programas sociais garantiam a segurança econômica e, como efeito imediato, desestimulavam o trabalho e a inovação. Portanto afetavam a produtividade e enfraqueciam o país. Para resolver este

problema, a prescrição era semelhante à solução neoliberal: reduzir os gastos governamentais; aumentar a taxa de juros; desregular a economia; e instituir um sistema tributário regressivo.

Já o segundo problema era que, através dos programas sociais e da interferência na economia, o Estado passou a perseguir um igualitarismo pervertido e abstrato e para isso usurpou o lugar da família, da igreja e da comunidade, enfraquecendo esses laços, supostamente, naturais. Como consequência, os jovens passaram a valorizar a leniência, a dependência, o consumo de drogas, a pornografia e o sexo. Isso teria aumentado a criminalidade e enfraquecido os Estados Unidos. Desse modo, os problemas morais derivavam do Estado totalizante (liberal ou comunista) e não do Estado moderno. Sendo assim, sob inspiração de Leo Strauss, enfatizava-se a necessidade de reforçar os valores clássicos ocidentais para prover a base normativa para os Estados democráticos. Neste sentido, o Estado deveria ser apenas um administrador para não invadir o espaço dos indivíduos e das comunidades naturais, como a família. Dessa maneira, poucos homens, capazes e com bom senso, deveriam administrar o Estado.

A oposição completa à degenerescência burocrática do stalinismo levou, gradualmente, muitos trotskistas estadunidenses a questionarem a centralidade e o poder do Estado, sendo que alguns deles, marcadamente Irving Kristol, tiveram papel fundamental na construção e na configuração do neoconservadorismo. Para esse autor, os liberais se afastaram do compromisso estabelecido no New Deal de criar oportunidades para os indivíduos e prover meios de proteção para todos os americanos, passando a perseguir um igualitarismo pervertido e abstrato promovido por burocratas. Para Kristol, o capitalismo nos Estados Unidos padecia de uma excessiva regulação ética que o limitava, sobretudo devido à influência liberal. O autor afirmava que nem

todas as pessoas eram inteligentes, mas em compensação deveriam ter “bom senso”. Isto era uma virtude, em contraste com a irresponsabilidade dos defensores do liberalismo. O capitalismo, sem rédeas morais artificiais, promoveria a verdadeira moral e a virtude pública. Em conjunto, a religião, sobretudo a sua dimensão institucional, era considerada fundamental para disciplinar os indivíduos, preservar a estabilidade social, e transmitir os valores tradicionais (KRISTOL, 1978; KRISTOL, 2001).

Em suma, intelectuais de tendências neoconservadoras dos diversos campos acadêmicos apontaram as transformações socioculturais e os programas sociais estabelecidos durante o século XX, sobretudo nos anos 1960, como os principais causadores dos problemas morais e de uma, suposta, degeneração social que assolaram os Estados Unidos. Na lógica neoconservadora, as políticas sociais liberais atribuíam ao Estado papéis que deveriam ser assumidos pelos familiares, pela Igreja e pela comunidade. Nesse sentido, o Estado destinava recursos para os programas sociais, ao invés de incentivar a livre iniciativa e o emprego, sendo assim condescendente com a criminalidade, uma vez que abandonava a sua verdadeira função, a manutenção da ordem pública, em nome de outras atividades utópicas. Como consequência, as famílias se desestruturavam, os jovens perdiam as esperanças e passavam a valorizar a leniência e o consumo de drogas e a sociedade se fragilizava diante da criminalidade.

Os neoconservadores criminalizaram os programas sociais, as políticas públicas e os pobres. As pessoas, principalmente mulheres e negros, que participavam dos programas sociais, inclusive daqueles abertos a todos os estadunidenses (como a educação pública), foram classificados como desajustados socialmente, dependentes, vagabundos, drogados, criminosos e destruidores de lares. A degeneração social e moral era, supostamente,

decorrente das políticas de direitos civis, da seguridade, dos programas sociais e dos pobres que deles participavam.

A luta contra as ideologias estatistas consideradas totalitárias não estava apenas no plano nacional. Nos anos 1950, os conservadores modernos acusaram os governos liberais de colocar a nação em risco com uma estratégia fracassada para conter o comunismo, sobretudo após a Revolução Chinesa, a Guerra da Coreia e a construção da bomba atômica soviética. Dentre eles, George Kennan acreditava que a União Soviética queria dominar o mundo e defendeu uma política voltada para conter o avanço comunista. Kennan se inspirou na visão de mundo wilsoniana sobre a política externa e as relações internacionais para conformar a doutrina de contenção da Guerra Fria a partir do pressuposto de que os Estados Unidos tinham o dever de assegurar e expandir a liberdade e a democracia contra seus detratores. Para homens como Kennan, a revolução bolchevique apenas substituiu a crueldade e a imoralidade de um governo, czarista, por outro, comunista, e o povo russo continuou oprimido.

Na mesma linha, James Burnham, ex-trotskista que assumiu um viés conservador, publicou em 1947 a obra *The Struggle for The World*, na qual afirma que os comunistas queriam poder total e, para isso, destruiriam os valores da civilização ocidental. Em 1953, Burnham lançou a obra *Containment or Liberation?*, na qual classificou a estratégia de contenção ao comunismo do Governo Truman como inadequada. Para Burnham, a estratégia era puramente defensiva e não impediria as pretensões soviéticas de promover a revolução comunista no mundo.

De acordo com esse autor, a fraqueza internacional dos Estados Unidos era reflexo da ideologia de uma minoria liberal, que ocupava cargos no governo e via o mundo como se ainda estivessem nos anos 1930, na luta contra os nazistas. Eles estariam mais preocupados com o

fascismo, uma ameaça inexistente, do que com o comunismo, a ameaça real. Somente os Estados Unidos poderiam barrar a vitória comunista e salvar o mundo. Para isso, os governos estadunidenses deveriam esquecer a ideia de que todas as nações são iguais e abandonar o objetivo de construir a paz com a estratégia não intervencionista. Para Murray Rothbard, o principal inimigo dos Estados Unidos era o Estado. O comunismo era apenas uma variante do estatismo, que deveria ser combatido sem fortalecer o Estado e sem colocar em risco a liberdade.

Os neoconservadores recuperaram as teorias de Kennan, Burnham e Rothbard, que acreditava que a União Soviética tinha por objetivo dominar o mundo por meio da disseminação de ideologias estatistas e totalitárias. Mais ainda, acreditavam que os Estados Unidos estariam a perder o protagonismo, o que, além de vexatório, colocaria em risco a democracia e a liberdade. Diante disso, os Estados Unidos deveriam recuperar o protagonismo, além de possuírem o dever de acabar com a ameaça à liberdade e à democracia no mundo. Isso quer dizer, retomar a estratégia de contenção e impedir qualquer tentativa de disseminação de ideologias e projetos estatizantes, como o comunismo, o nacionalismo ou o liberalismo.

Nas eleições minoritárias de 1973, 1975 e 1977, o Partido Republicano elegeu quadros importantes de centros de pensamento que formulavam e defendiam as causas do escopo ideológico neoconservador como o *American Enterprise Institute (AEI)*, o *Hoover Institution* e o *Heritage Foundation*. Dentre estes quadros no Partido Republicano se destacam nomes como Bill Thomas, membro do AEI, que se tornou representante do estado da Califórnia; Newt Gingrich, membro do AEI e do *Hoover Institution*, que conquistou uma vaga na Câmara de Representantes pelo estado da Geórgia; Phil Crane, membro do *Heritage Foundation*, que assumiu a cadeira de representante do estado de

Illinois; e Dick Cheney, presidente da Halliburton e, mais tarde, Secretário de Defesa dos Estados Unidos (1989-1993), que assumiu uma vaga pelo estado de Wyoming. No Senado, Jesse Helms assumiu uma cadeira pelo estado da Carolina do Norte; Orrin Hatch tornou-se senador pelo estado de Utah; e Malcolm Wallop, membro do *Heritage Foundation*, se elegeu senador pelo estado de Nova Iorque. Nas eleições presidenciais de 1980, elegeu Ronald Reagan. A revista *Commentary Magazine*, sob a liderança de Norman Podhoretz, se tornou a voz mais eloquente dos neoconservadores na sociedade civil estadunidense.

### **A pequena Guerra Fria sobre a Revolução Sandinista na sociedade política estadunidense: interpretações historiográficas e análises**

As diferenças nas concepções de mundo de neoliberais e neoconservadores refletiram em diferentes interpretações sobre qual era e qual deveria ser o papel dos Estados Unidos na crise da América Central, sobretudo diante da Revolução Nicaraguense. Todavia, a historiografia e as análises que versam sobre o assunto, ainda que poucas e com grandes qualidades, abordam apenas parcialmente a relação entre os embates no campo político liberal-conservador estadunidense e o papel dos Estados Unidos na região. Desse modo, a despeito da qualidade analítica e argumentativa, cristalizam a percepção de que os Estados Unidos se movem no cenário internacional, e especificamente na América Central, a partir de concepções únicas sobre qual é e qual deve ser o seu papel e reforçam as concepções de que esses movimentos estão articulados exclusivamente com a dinâmica da Guerra Fria.

Para Michael Kryzanek, o Governo Reagan adotou uma doutrina contrainsurgente com o objetivo de impedir revoluções e, por conseguinte, conter o comunismo. Reagan teria deixado claro que atuaria no continente de forma distinta do seu antecessor, Jimmy Carter.

Segundo Kryzanek, desde o início, Reagan escolheu criticar os “terroristas” das guerrilhas de esquerda ao invés de falar em direitos humanos; preferiu restaurar a ajuda às ditaduras do Brasil, Chile e Guatemala no lugar de romper os laços com regimes autoritários; e sugeriu a confrontação com Cuba, sem chance para normalizar as relações (KRYZANEK, 1996, p.95).

Como aponta Abel Santamaria, os pressupostos orientadores para a política no continente americano foram expressos no Documento de Santa Fé I, com o título de “As relações interamericanas; escudo da segurança do novo mundo e espada de proteção do poder global dos Estados Unidos”, do qual Fontaine era um dos principais autores. Segundo este documento, o continente estava sob ataque da União Soviética por meio de Cuba, e os Estados Unidos deveriam remediar este problema. Para isso, deveriam: 1) revitalizar o sistema de segurança hemisférica por meio do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR); 2) abandonar a ideia de que é possível instalar a democracia como alternativa aos governos ditatoriais capitalistas; 3) recusar a ideia de que o fim das ditaduras capitalistas no continente é desejável e inevitável; 4) dedicar atenção a Cuba, Brasil e México; 5) aproximar Brasil e Argentina para abrir possibilidades de desenvolvimento no Cone Sul e estimular o crescimento econômico de Uruguai, Paraguai e Bolívia; 6) promover uma nova política para a América Central e o Caribe, a fim de prover ajuda aos países amigos diante do ataque de grupos armados que estavam sob influência de forças estrangeiras (SANTAMARÍA, 2013, p.206-207). Sobre a América Central, o Documento de Santa Fé sacramentava: “a seguridade e a liberdade da América Central são indispensáveis aos Estados Unidos (...) dois terços do nosso comércio passa pelo Caribe e pelo Canal do Panamá [e] toda esta região esta gravemente ameaçada pela expansão comunista” (SANTAMARÍA, 2013, p.214).

O historiador William Leogrande adentrou nos meandros dos embates políticos acerca de uma possível intervenção dos Estados Unidos na América Central. Leogrande afirmou que três dias após Reagan assumir a presidência, o National Security Council (NSC) se reuniu para discutir a política para América Central. O novo Secretário de Estado, Alexander Haig, estava convencido de que a América Central deveria ser o bastião contra o avanço internacional do comunismo, uma vez que os soviéticos e os cubanos estariam a alimentar guerras de libertação nacional. O Secretário de Estado temia que as guerrilhas tivessem o objetivo de se expandir para o México e para o Panamá. Nesse sentido, a vitória dos Estados Unidos na América Central seria o primeiro sucesso da Administração Reagan no cenário internacional e serviria de aviso para a União Soviética. Internamente, a vitória serviria para superar a rejeição e o temor que padeceu sobre as políticas de contenção após a Guerra do Vietnã. Contudo, os outros integrantes do NSC acreditavam que uma ação enérgica dos Estados Unidos precipitaria um confronto indesejado com a União Soviética. No Pentágono, os oficiais acreditavam que poderiam evitar um confronto com os soviéticos e, ao mesmo tempo, vencer os conflitos na América Central com forças contrainsurgentes paramilitares com financiamento, assessoria e ajuda militar. Diferente de Haig, não acreditavam em uma vitória fácil e rápida. Os principais quadros da área econômica do governo eram contra qualquer ação na América Central que pudesse macular a prioridade dos projetos domésticos, sobretudo o corte de gastos e a instalação de um sistema tributário regressivo (LEOGRANDE, 1998).

Diante da falta de consenso interno, o Governo Reagan formou o Inter-Agency Core Group, também chamado de Restricted Inter-Agency Group (RIG) após 1983, que contava com representantes do Departamento de Estado, Departamento de Defesa, NSC e CIA,

responsáveis por debater as questões e definir as estratégias voltadas para América Central. Depois de chegarem a um consenso, os participantes deveriam levar a aprovação dos superiores. No Inter-Agency Core Group surgiram três opções políticas para a Nicarágua. A opção de longa duração, baseada na gradual desestabilização, que envolveria pressão econômica através de bloqueio de empréstimos de instituições financeiras internacionais e bancos privados, combinada com negociações limitadas, voltadas para impedir maior aproximação de Cuba e para garantir a participação política da oposição. A opção de curta duração, baseada na atuação militar, uma invasão de forças paramilitares formadas por nicaraguenses exilados em conjunto com as forças armadas de Honduras e Guatemala com o apoio logístico dos Estados Unidos. Ou, até mesmo, uma invasão direta. E a terceira opção, que consistia em criar uma operação da CIA para treinar, financiar e organizar forças contrainsurgentes baseadas nas fronteiras que invadiriam o país reiteradamente para atacar alvos que pudessem minar os recursos econômicos, como infraestrutura de transporte e comunicação. Essas ações enfraqueceriam o governo provisório, que seria obrigado a negociar nos termos estadunidenses. No final de 1981, Reagan assinou a National Security Decision Directive (NSDD) 17, que autorizou a CIA a formar um exército paramilitar de exilados, que ficaria conhecido como Contras em referência à contrainsurgência (LEOGRANDE, 1998).

No Congresso, os liberais e neoliberais eram contrários à percepção de que os conflitos na América Central estavam inseridos na lógica da Guerra Fria. Portanto, acreditavam que os Estados Unidos deveriam buscar estabelecer acordos de paz e fortalecer governos de coalizão ampla capazes de realizar reformas políticas, econômicas e sociais para combater a insatisfação popular, com respeito aos direitos humanos. A maioria liberal democrata aprovou

duas medidas para conter os excessos da operação, que já havia se tornado uma guerra. Primeiro, em abril, o House Intelligence Committee reforçou na previsão orçamentária de fundos para ações de inteligência, a Intelligence Authorization Bill, a determinação de que a operação na Nicarágua fosse direcionada somente para interceptação de armas para El Salvador e nunca para derrubar o governo ou promover guerras. Segundo, em dezembro, Edward Boland (D-Mass), presidente do House Intelligence Committee, conseguiu aprovar uma emenda à Lei Orçamentária (House Appropriation Bill), conhecida como Emenda Boland, que limitava a utilização dos fundos destinados aos Contra, sobretudo proibia expressamente que fossem utilizados com o objetivo de derrubar o governo da Nicarágua (LEOGRANDE, 1998, p.299-303).

Os Comitês de Inteligência da Câmara e do Senado enviaram comissões para observar a atuação dos Contra. Ao retornar a Washington, os senadores e deputados estavam convencidos de que a CIA e os Contra violavam a Emenda Boland. O deputado Clement J. Zablocki (D – W.I), presidente do Comitê de Relações Internacionais da Câmara, e o deputado Boland introduziram mais uma lei (H.R 2760) que proibiu a utilização dos fundos para fins e efeitos de suporte, direto ou indireto, às operações militares ou paramilitares de qualquer grupo, organização ou nação na Nicarágua. Além disso, proibiu a destinação de novos fundos para os Contra e determinou o redirecionamento de \$80 milhões, requisitados pelo governo para financiar os paramilitares em 1983 e 1984, para os governos amigos da América Central utilizarem no esforço de interceptar armas. O relatório do Comitê de Inteligência da Câmara endossou a proposta de lei, considerando que a atuação da CIA e dos Contra na América Central havia falhado, uma vez que não conseguiu interceptar armas; convencer os sandinistas a deixar de apoiar a FMLN; e reduzir os laços entre da Nicarágua com Cuba e com a União

Soviética (LEOGRANDE, 1998).

Como resposta, o Governo Reagan requisitou ao Congresso \$50 milhões para financiar a operação da CIA com os Contra a fim de cortar o suporte para insurgências nos países vizinhos; diminuir a presença de Cuba e da União Soviética na região; e promover a democracia e a liberdade de imprensa na Nicarágua. A guerra foi transportada para dentro do Congresso. Os democratas liberais classificaram os Contra como assassinos e acusaram os republicanos de desrespeitarem as leis internacionais ao tentarem impor uma forma de governo à Nicarágua. Os republicanos definiram os Contra como Freedom Fighters, acusaram os democratas liberais de compactuarem com o comunismo e alertaram para o “enxame” de refugiados, “Boat People” e “Feet People”, que adentrariam no país. Por fim, congressistas republicanos e democratas aprovaram a emenda proposta por Zablocki e Boland, com alterações, e \$24 milhões para financiar a CIA e os Contra na América Central. Nos anos seguintes, o Governo Reagan conseguiu aprovar dezenas de milhões para financiar a guerra contra a Nicarágua através de subterfúgios como provisões complementares que tinha como item principal a destinação de fundos para amenizar a fome na África, arrecadação de fundos com aliados e manobras completamente ilegais, como o caso Irã-Contra (LEOGRANDE, 1998).

### **A pequena Guerra Fria sobre a Revolução Sandinista na sociedade civil estadunidense: um estudo sobre a Commentary Magazine e a The New Republic**

Esse embate entre republicanos e democratas no Congresso era reflexo do embate mais profundo no ceio do campo liberal-conservador na sociedade civil. O grupo Citizens for Reagan, formado em 1981 para apoiar a política interna neoconservadora, pressionou o Congresso; outro grupo, o Citizens for America,

gastou mais de \$300.000 em propaganda e lobby; e os republicanos lançaram a campanha “Save the Contra”, inspirados na campanha humanitária “Save the Childrens”. De outro lado, o Inter-Religious Task Force on Central America, grupo que congregou representantes de diferentes denominações cristãs; outros grupos seculares, como a ACLU; seis prêmios Nobel; celebridades de Hollywood; e professores universitários deixaram o Congresso ciente da oposição à suspensão da Emenda Boland e, conseqüentemente, à escalada da Guerra na Nicarágua (LEOGRANDE, 1998).

Os intelectuais da *Commentary Magazine* caracterizaram os revolucionários nicaraguenses através da construção simbólica do revolucionário como inimigo. Por meio da diferenciação, colocaram ênfase na desunião entre os centro-americanos e os revolucionários, com uma nítida separação dos termos “sandinistas” e “nicaraguenses”, de modo a não serem sinônimos e nunca se confundirem. Desse modo, inserindo o conflito na lógica da Guerra Fria, retrataram os sandinistas como comunistas submissos ao comunismo internacional totalitário.

A Nicarágua seria a primeira peça de uma série, que ao cair (se tornar comunista), empurraria suas vizinhas – como Panamá, Colômbia, Venezuela e México – para o mesmo destino. Por isso, estaria atuando como ponto de distribuição de armas vindas do Vietnã e da Etiópia, através de Cuba, para outros revolucionários na América Central. A revolução seria resultado direto do projeto soviético de dominação comunista global. Segundo Jeane Kirkpatrick, no célebre artigo “Dictatorship and Double Standard”, “a deterioração da posição dos EUA no hemisfério criou vulnerabilidades sérias, onde não existiam anteriormente, e ameaça agora a confrontar este país com a necessidade sem precedentes de se defender contra um anel de bases soviéticas em torno das nossas fronteiras meridionais e orientais”. Neste sentido, Cuba se tornou “um instrumento

significante de expansão soviética”, sobretudo na América Central e no Caribe, ao fornecer armas, suprimentos e consultoria aos grupos revolucionários (KIRKPATRICK, 1981, p.38-40, tradução nossa).

Para Carlos Rangel, no artigo “México & Other Dominoes”, a partir da atuação de Cuba se colocava em curso uma tática de dominação comunista correspondente à “Teoria dos Dominós”. Diante do suposto fracasso da experiência comunista na ilha, o governo cubano estaria defendendo a tese de que era necessário promover a “destruição dos últimos resquícios do capitalismo e o triunfo mundial do comunismo”. Portanto, estaria atuando na América Central como “a ponta de lança de uma revolução comunista mundial”. O governo cubano seria “o mais sórdido internamente e o mais agressivo externamente dentre todos os regimes comunistas” (RANGEL, 1981, p.30-33, tradução nossa). Segundo Luis Burstín, os movimentos políticos populares da América Latina estavam “alinhados com Moscou”, sobretudo porque os comunistas soviéticos seriam a “única força revolucionária realmente eficaz na América Latina”. Os revolucionários em Cuba ou na Nicarágua eram “utilmente barulhentos e agressivos, e às vezes, [poderiam] derrubar um ditador como Batista ou Somoza”, mas “não seriam capazes de realizar o nocaute até que os comunistas associados a Moscou e seus patrocinadores entrem em cena” (BURSTIN, 1985, p.52-55, tradução nossa).

Bem como os soviéticos e cubanos, os revolucionários da FSLN seriam totalitários, violentos e avessos aos valores ocidentais. Segundo Kirkpatrick, após a revolução, os sandinistas refletiram “o característico desejo totalitário de absorver a sociedade para o Estado” e as estreitas relações com Cuba e com a União Soviética (KIRKPATRICK, 1981, p.38-40, tradução nossa). Para Max Singer, no artigo “The Record In Latin America”, logo que Somoza caiu, o diretório sandinista teria rejeitado a democracia e a liberdade. Os

sandinistas teriam “gradualmente excluído do poder todos os outros elementos [não totalitários] da coalizão revolucionária” e violado “os compromissos escritos com a OEA no intuito de assegurar imediatamente eleições livres e manter o pluralismo democrático”. O novo governo nicaraguense estaria composto de “verdadeiros crentes no marxismo-leninismo e em técnicas totalitárias para garantir e assegurar o poder, (...) inimigos da democracia” (SINGER, 1982, pp.43-49, tradução nossa). Quatro anos mais tarde, Singer afirmou que os sandinistas assumiram o governo da Nicarágua “através da força e da fraude” e teriam “atacado os sindicatos livres e todas as outras instituições independentes” com uma polícia secreta que fez “uso extensivo de tortura e assassinato”. Portanto, os sandinistas estariam a “brutalmente suprimir as organizações democráticas”, mantendo “milhões de pobres almas (...) condenadas a viver sob a tirania totalitária” (SINGER, 1986, p.11-14, tradução nossa). Para Horowitz, após a revolução, a FSLN, como Stálin, “instituiu uma ditadura por meio de um diretório” (HOROWITZ, 1986, p.28, tradução nossa).

A partir dessas percepções, os articulistas da *Commentary Magazine* buscaram criar um consenso sobre a necessidade de intervir na Nicarágua. Através de uma estratégia que expõe as relações de dominação como legítimas, a intervenção estadunidense foi apresentada como justa e digna de apoio. Baseados na racionalização, apresentaram uma lógica causal à relação entre intervenção, segurança e paz, e a universalizaram ao pressupor que toda ação estadunidense garantiria, inevitavelmente, os interesses e a segurança dos Estados Unidos e do mundo e a inação colocaria os mesmos em risco. Em grande medida, os intelectuais da *Commentary Magazine* colocaram a legitimidade da intervenção na perspectiva da luta do “bem” contra o “mal”. Arturo Cruz Jr. legitimou a necessidade de uma intervenção em uma relação lógica e universalmente benéfica entre a ação

estadunidense e a paz na América Central, que remonta ao passado. De acordo com Cruz Jr, a Nicarágua assistiu a 17 guerras civis nos 17 anos prévios à chegada dos Marines, em 1912, para “resolver as coisas”. A Nicarágua estaria “esgotada pela depravação pública e pela anarquia desde a independência” até que os Estados Unidos chegaram “para resgatar eles [os nicaraguenses] de sua própria torpeza”. Como resultado final, “a ocupação americana na Nicarágua encontrou a calma: as guerras terminaram por um tempo” (CRUZ JR, 1989, p. 48, tradução nossa).

No contexto na Guerra Fria, os Estados Unidos deveriam vencer a ameaça comunista à segurança hemisférica com a força militar e as reformas modernizantes em busca de libertar a região. Sendo assim, os Estados Unidos deveriam se comprometer com ajuda militar para combater a ameaça comunista. E, seria preciso elaborar e implantar um projeto moderno para América Central, que “empregaria ajuda dos Estados Unidos para construir a partir do zero”, com envio de professores, técnicos agrícolas, serviços legais, assistência de saúde e planejamento familiar. Sendo assim, os Estados Unidos deveriam apoiar a resistência dos Contra e contribuir politicamente e militarmente para enfraquecer o governo comunista sandinista, sobretudo porque “poucos nicaraguenses (...) adquiriram as habilidades e a compreensão conceitual necessárias para construir uma organização política de base ampla e eficaz” (KEMBLE; CRUZ, 1986, p.19-29, tradução nossa).

De acordo com Kemble, os Estados Unidos deveriam oferecer assistência militar e econômica para “conquistar progresso em matéria de direitos humanos (...) e fortalecer [os grupos políticos] que se comportam com os padrões decentes”. Assim, estaria “a promover regimes democráticos na América Central” (KEMBLE, 1984, p. 28, tradução nossa). Na mesma linha, Menges afirmou que os Estados Unidos deveriam “melhorar as perspectivas de

reformas democráticas e impedir o sucesso comunista na América Central”. Para isso, deveria primeiro, reconhecer o perigo e prover um programa bilateral para ajudar os países ameaçados; segundo, trabalhar com grupos transnacionais “para fortalecer as forças genuinamente democráticas e moderadas que existem dentro de cada país”; terceiro, aliar esforços com governos amigos para “neutralizar as redes terroristas estabelecidas pela esquerda violenta na região” (MENGES, 1981, p. 38, tradução nossa). De forma semelhante, para Kagan, “o progresso democrático na América Latina [justificaria] a intervenção generalizada”. Além disso, alimentaria “a crença igualmente poderosa de que a intervenção em nome da democracia era a melhor maneira de derrotar o comunismo no hemisfério”. A única estratégia com chance de sucesso seria a adoção de uma “política de intervenção vigorosa em nome da democracia” (KAGAN, 1988, p. 45-51, tradução nossa).

Diferentemente, os articulistas da TNR não narraram a crise na Nicarágua exclusivamente na lógica Leste-Oeste da Guerra Fria, mas também como resultado da relação norte-sul. Nesta narrativa, a Revolução Sandinista não era consequência da Guerra Fria, ainda que soviéticos e cubanos tivessem aproveitado a oportunidade para ameaçar a segurança e os interesses dos estadunidenses na região. Após a derrocada de Somoza, Stephen Kinzer defendeu a ideia de que a junta que formou o novo governo revolucionário na Nicarágua foi uma “coalizão tão ampla” que “envolveu toda sociedade nicaraguense”. A FSLN seria apenas parte do movimento anti-somozista. A junta, mais ampla do que a FSLN, representaria “a diversidade do movimento anti-Somoza e deveria ser capaz de mobilizar a nação”. Portanto, estaria comprometida com uma “democracia genuína, a justiça e progresso social” e asseguraria “a liberdade de expressão, de imprensa e de pensamento, liberdade de religião, a liberdade de organizar sindicatos e

outras organizações populares e a revogação imediata de todas as leis repressivas (...) pondo fim aos assassinatos, desaparecimentos, torturas, prisões ilegais e invasões de casa” (KINZER, 1979, p.16-17, tradução nossa).

Todavia, a partir da dissidência de liberais e conservadores do governo sandinista, os articulistas que escreviam para a TNR passaram a mostrar menos simpatia pelos revolucionários nicaraguenses, apontando para uma intrínseca relação de subserviência dos sandinistas perante os cubanos e os soviéticos, que ameaçava a segurança e os interesses estadunidenses na região. Kondracke, em artigo escrito com Kotz de junho de 1981, argumentou que a revolução nicaraguense poderia estar a “desenvolver seu próprio modelo, incluindo uma economia mista” e que os líderes sandinistas poderiam “querer melhorar a vida de seus povos (...) melhorar a saúde, educação e a habitação para os pobres”. Entretanto, seria praticamente um consenso que “a liderança sandinista [estaria] dominada por marxistas dedicados com fortes ligações com Cuba”. No plano internacional, o Governo nicaraguense estaria sendo “estridentemente anti-EUA (...) alinhado com o bloco soviético” (KONDRACKE; KOTZ, 1981, p.22, tradução nossa).

Como os revolucionários cubanos e soviéticos, os sandinistas seriam autoritários e antidemocráticos. Para Kondracke, essas características seriam óbvias, uma vez que os sandinistas comandavam a Nicarágua “sem eleições”, com “a imprensa independente (...) praticamente eliminada”, por meio de “turbas voltadas para perseguir o La Prensa, e (...) os partidos políticos da oposição” e com “sindicatos sob controle” (KONDRACKE; KOTZ, 1981, p.22, tradução nossa). Segundo Christian, a Nicarágua sob o governo revolucionário seria um país com “enfeites de liberdade”, porque as “eleições [eram] um tema quase proibido e (...) a grande maioria da liderança de topo [era] marxista”. A “liberdade

relativa” em vigor na Nicarágua estaria refletindo “a capacidade dos defensores da liberdade” em negociar com uma junta “autoritária”. Por isso, o governo estaria permitindo alguma liberdade, mas sob seu crivo e controle (CHRISTIAN, 1981, p.15-20, tradução nossa).

Contudo, no que tange a condução da economia interna, a TNR descreveu os sandinistas como fracassados, incompetentes, imorais e, conseqüentemente, impopulares. Kondracke, em “Who Wants Peace?”, afirmou que os sandinistas “causaram a maioria dos seus próprios problemas econômicos confiscando terras e transformando a maior parte delas em propriedades coletivas, e não agricultores individuais”. A gestão sandinista teria deixado o “salário mensal do trabalhador menor, insuficiente para comprar uma camisa” (KONDRACKE, 1987, p.18-19, tradução nossa). Para Christian, a maioria dos nicaraguenses estaria “desiludida” com os revolucionários que assumiram o poder (CHRISTIAN, 1981, p.15, tradução nossa). Em outro artigo, afirmou que, sob o governo provisório, a condução da economia era desastrosa – sendo possível observar “mais pessoas pobres, não menos corrupção, mais dívida externa, menos infraestrutura, menos liberdades” (CHRISTIAN, 1982, p.19, tradução nossa).

Robert Leiken, em “Nicaragua's Untold Stories”, revelou que, a cada viagem para Nicarágua, sua simpatia pelos sandinistas diminuía. Na sua penúltima visita ao país, teria concluído que o “fracasso para preservar a aliança revolucionária com os produtores das classes média e pequena, bem como as políticas sectárias e as políticas culturais tinham polarizado o país, levado ao desinvestimento, [provocado] a queda da produtividade e dos salários, e [impulsionado] o descontentamento”. Mais do que isso, Leiken relatou que em sua última visita ao país, percebeu que a situação era “muito pior” e se desencantou, definitivamente, com os “mitos restantes sobre a revolução

sandinista”. As pessoas na Nicarágua teriam relatado que suas vidas estariam “piores (...) do que nos tempos de Somoza”. As crianças estariam descalças, peladas e malnutridas. Os projetos de alfabetização seriam uma fraude. A “escassez de necessidades básicas” seria ainda pior em meio à “corrupção generalizada” e aos “grandes lucros [obtidos] a partir da carestia”. As lideranças sandinistas estariam apresentando uma imagem falsa para o mundo exterior – não convencendo, entretanto, a população nicaraguense que se referia aos revolucionários como “engano”, tendo em vista “a corrupção generalizada, do mais baixo ao mais alto nível de governo”. O apoio da população seria apenas aparente e resultante do “uso do sistema de racionamento como uma alavanca”, uma vez que aqueles que não compareciam aos encontros sandinistas para apoiar teatralmente a revolução teriam os cartões para aquisição de alimentos confiscados (LEIKEN, 1984, p.16-22, tradução nossa). Em um artigo de 1990, em retrospectiva, Leiken afirmou que “os sandinistas haviam presidido a destruição econômica da Nicarágua com uma economia de exportação arruinada; uma queda de noventa por cento da qualidade de vida; desemprego e fome em massa; e o êxodo de cerca de um quinto do seu povo” (LEIKEN, 1990, p.16, tradução nossa).

Os articulistas da TNR defenderam que os Estados Unidos deveriam intervir para empoderar elementos moderados locais e cooperar com os mesmos a fim de promover reformas, modernização, liberdade, democratização, pluralidade e direitos humanos. Os Estados Unidos deveriam apoiar grupos moderados a fim de promover reformas modernizantes, com vistas a incentivar a participação democrática, melhorar as condições de vida e, como consequência, minar o apoio aos movimentos revolucionários. Antes mesmo da derrocada de Somoza, Kinzer defendeu a ideia de que os Estados Unidos deveriam incentivar uma transição democrática através de uma coalizão de partidos e políticos interessados em

“conduzir a Nicarágua para o mundo moderno” (KINZER, 1978, p.11, tradução nossa).

Como estratégia, os Estados Unidos poderiam “se oferecer para negociar e incluir” a Nicarágua no plano econômico para Bacia do Caribe (KONDRACKE; KOTZ, 1981, p.23, tradução nossa). Como os editores apontaram, os Estados Unidos deveriam estabelecer “políticas resolutas que [incentivassem] o desenvolvimento pacífico da América Latina e [desencorajassem] a revolução violenta e repressão” sem, necessariamente, ter que tentar transformar déspotas em democratas da noite para o dia, mas induzindo o respeito aos direitos dos cidadãos (EDITORIAL, 1980, p.5-8, tradução nossa). Em 1983, na coluna TRB, os editores sugeriram que os Estados Unidos deveriam “buscar uma terceira via entre o fascismo e o comunismo, para apoiar os governos que podem ter o apoio popular” (TRB, 1983, p. 6, tradução nossa).

Depois da dissidência dos liberais e conservadores do governo provisório nicaraguense, editores e articulistas da TNR preconizaram pressionar os sandinistas através de artifícios militares, políticos e econômicos para forçar um cessar fogo, a realização de eleições, a liberalização da economia nicaraguense e o não alinhamento com o bloco soviético. Pari-passu, recomendaram também medidas para fortalecer a oposição democrática no país. Kondracke sugeriu que os Estados Unidos refizessem sua estratégia política para buscar consenso sobre a “promoção da democracia na América Central”. Para isso, seria necessário recrutar “verdadeiros 'Freedom Fighters' democratas e não ex-somozistas” (KONDRACKE, 1983, p.8-9, tradução nossa).

Em 1985, os editores reverberaram sugestões semelhantes do Senador Chris Dodd (D – C.T), que defendeu uma dupla estratégia para a Nicarágua: “pressionar os nicaraguenses (...) no governo para chegar a um compromisso sobre a partilha de poder com democratas nicaraguenses que nunca aceitariam [a instalação

de] uma base militar russa”; e, de modo articulado, “reduzir a influência dos ex-somozistas entre rebeldes”, transformando os “democratas na resistência” (EDITORIAL, 1985, p.7-8, tradução nossa). Dois anos mais tarde, um editorial da TNR afirmou que os Contra deveriam se tornar “uma alternativa política e moral clara aos sandinistas, unir suas facções sob controle civil, fazer progressos no sentido de eliminar os abusos de direitos humanos e desempenhar um papel de apoio nas negociações” (EDITORIAL, 1987, p.7-9, tradução nossa). Em 1989, diante das eleições que dariam a vitória a Violeta Chamorro, Kondracke, no artigo “Look Out Gringo”, sugeriu que o governo estadunidense deveria “manter ajuda humanitária” e deixar claro que, “se os sandinistas roubarem a eleição (...) retornará ao Congresso para pedir ajuda militar” (KONDRACKE, 1989, p.12-13, tradução nossa).

### **Conclusão: um embate entre semelhantes, mas diferentes**

Este artigo tentou demonstrar que a política estadunidense durante o governo Reagan para lidar com a Revolução Sandinista não é fruto de concepções únicas ou pré estabelecidas. Ao contrário, neoconservadores e neoliberais, mesmo dividindo o mesmo campo liberal-conservador, apresentaram concepções distintas acerca do processo revolucionário na Nicarágua e do papel dos Estados Unidos, sobretudo, no que tange a inserção destes na dinâmica da Guerra Fria. Os articulistas da *Commentary Magazine* com viés neoconservador e preocupações ideológicas girando em torno de questões morais anticomunistas inseriam os revolucionários no “bloco comunista” e as tentativas revolucionárias como reflexos das relações bipolares da Guerra Fria. Mais especificamente, como sinal da expansão do comunismo no continente americano. Por outro lado, os autores da TNR com viés neoliberal e preocupações

primeiramente econômicas não narraram a crise na Nicarágua exclusivamente na lógica bipolar da Guerra Fria mas também como resultado da relação Norte-Sul. Isso não quer dizer que não viam os revolucionários como submissos aos governos soviéticos e cubanos, mas tal relação seria resultante da convergência dos interesses comunistas com os interesses dos revolucionários e a condições socioeconômicas dos centro-americanos.

A partir dessas percepções e interesses, neoconservadores e neoliberais apresentaram soluções ligeiramente diferentes para lidar com a Revolução Sandinista e seus desdobramentos. De um lado, os neoconservadores na *Commentary Magazine* propuseram ações militares diretas e indiretas articuladas com medidas para sufocar a economia nicaraguense, repetindo, em certa medida, as estratégias testadas na Guerra do Vietnã. De outro lado, liberais intervencionistas e neoliberais na TNR colocaram foco em uma intervenção civil, buscando fortalecer grupos econômicos sobre lideranças militares, muito embora não tenham descartado em nenhum momento apoio as ações armadas específicas e limitadas. Essa estratégia também não era nova. Resgata as teorias da modernização e as políticas democratas anteriores a Guerra do Vietnã e comuns na América Latina, como a Aliança para o Progresso.

Essas diferentes percepções e projetos se refletiram nos embates no congresso e nas políticas do governo Reagan. E, sobretudo, mostram que, mesmo o campo ortodoxo liberal-conservador da política estadunidense, está permeado por embates e outras pequenas guerras frias. Na perspectiva dos articulistas da *Commentary Magazine*, dentro dos Estados Unidos aqueles que eram contra a política intervencionista do Governo Reagan eram “partidários da ditadura sandinista”, com o objetivo de “facilitar a consolidação do segundo governo comunista no hemisfério ocidental e abrir o caminho para o advento de um terceiro”

(FALCOFF, 1988, p. 17, tradução nossa). Para Kirkpatrick, “deveriam ser tratados como inimigos” (KIRKPATRICK, 1979, p. 45, tradução nossa). Por outro lado, na TNR, Kondracke afirmou que a Administração Reagan teria “falhado miseravelmente” ao tentar persuadir o Congresso e os estadunidenses de que lutaria por uma causa justa na América Central (KONDRACKE, 1983, p. 8, tradução nossa). Em “The Central American Wars”, os editores amplificaram a acusação do Senador Chris Dodd (D – C.T) de que o presidente teria “abandonado qualquer consideração sobre a miséria social e econômica da vida na América Central e [insistido] cada vez mais na assistência militar que só levaria a um túnel escuro de intervenção sem fim” (EDITORIAL, 1983, p.5-7, tradução nossa). Mas, em outros momentos a TNR foi mais complacente. Em editorial de 1988, afirmou que a administração Reagan, com a sua reputação de linha-dura anticomunismo, tinha “credibilidade com os líderes militares latinos e usou-a para exortá-los em seu próprio interesse, para evitar atrocidades contra civis e golpes de Estado contra o governo civil” (EDITORIAL, 1988, p.8, tradução nossa). No ano seguinte, os editores afirmaram que a “política da administração [estadunidense] conseguiu enfraquecer os Sandinistas economicamente e politicamente tornando-os vulneráveis a outros tipos de pressão” (EDITORIAL, 1989, p.5, tradução nossa). De todo modo, nessa pequena Guerra Fria interna entre semelhantes, mas diferentes, o impacto na América Central foi nefasto.

## Referências

BURSTIN, Luis. A night with the FMLN. **Commentary Magazine**, New York, v. 79, n. 6, p. 52-55, jun, 1985.

CHRISTIAN, Shirley. Freedom and unfreedom in Nicaragua. **The New Republic**, Washington, v. 185, n. 3, p. 15-20, jul, 1981.

\_\_\_\_\_. Sandinista Siege. **The New Republic**, Washington, v. 185, n. 23, p. 10-13, dez, 1981.

\_\_\_\_\_. Nicaraguan nemesis. **The New Republic**, Washington, v. 186, n. 21, p. 16-19, mai, 1982.

CRUZ JR, Arturo. Mr. Yankee goes home. **Commentary Magazine**, New York, v. 88, n. 2, p. 47-48, ago, 1989.

EDITORIAL. Rights and Reagan. **The New Republic**, Washington, v. 183, n. 22, p. 5-8, nov, 1980.

\_\_\_\_\_. The Central American Wars. **The New Republic**, Washington, v. 188, n. 20, p. 5-7, mai, 1983.

\_\_\_\_\_. Democracy in Nicaragua. **The New Republic**, Washington, v. 193, n. 1, p. 7-8, jul, 1985.

\_\_\_\_\_. The Contras after iranamok. **The New Republic**, Washington, v. 196, n. 26, p. 7-9, jun, 1987.

\_\_\_\_\_. Save the Contras. **The New Republic**, Washington, v. 198, n. 7, p. 7-10, fev, 1988.

\_\_\_\_\_. A done deal. **The New Republic**, Washington, v. 200, n. 17, p. 5-6, abr, 1989.

FALCOFF, Mark. Making Central America safe for communism. **Commentary Magazine**, New York, v. 85, n. 6, p. 17-24, jun, 1988.

GERSTLE, Gary. The protean character of American liberalism. In: **American historical review**, Vol. 99, N° 4, p.1046, out. 1994.

HOROWITZ, David. Nicaragua: a speech to my former comrades on the left. **Commentary Magazine**, New York, v. 81, n. 6, p. 27-31, jun, 1986.

KAGAN, Robert. Losing in Latin America. **Commentary Magazine**, New York, v. 86, n. 5, p. 45-51, nov, 1988.

KEMBLE, Penn. The democrats & the Kissinger Report. **Commentary Magazine**, New York, v. 77, n. 3, p. 25-30, mar, 1984.

KEMBLE, Penn; CRUZ JR, Arturo. How the nicaraguan resistance can win. **Commentary Magazine**, New York, v. 82, n. 6, p. 19-29, dez, 1986.

KINZER, Stephen. Meet the junta. **The New Republic**, Washington, v. 181, n. 5/6, p. 16-17, ago, 1979.

\_\_\_\_\_. Give Somoza a push. **The New Republic**, Washington, v. 179, n. 14, p. 11, set.1978.

KIRKPATRICK, Jeane. Dictatorship and double standards. **Commentary Magazine**, New York, v. 68, n. 5, p. 34-45, nov, 1979.

\_\_\_\_\_. U.S. security & Latin America. **Commentary Magazine**, New York, v. 71, n. 1, p. 29-40, jan, 1981.

KONDRACKE, Morton; KOTZ, Nick. How to avoid another Cuba. **The New Republic**, Washington, v. 184, n. 25, p. 19-23, jun, 1981.

KONDRACKE, Morton. Path to disaster?. **The New Republic**, Washington, v. 188, n. 16, p. 8-9, abr, 1983.

\_\_\_\_\_. Look out gringo. **The New Republic**, Washington, v. 201, n. 10, p. 12-13, set, 1989.

KRISTOL, Irving. **The neoconservative persuasion: selected essays, 1942-2009**. New York: Basic Books, 2011.

KRISTOL, Irving. **Neo-conservatism: the autobiography of an idea**. New York: Free Press, 1995.

KRYZANEK, Michael J. **U.S – Latin America Relations [Kindle Edition]**. Santa Barbara: Praeger, 1996.

LEIKEN, Robert. Nicaragua's untold stories. **The New Republic**, Washington, v. 191, n. 15, p. 16-22, out, 1984.

\_\_\_\_\_. Oops. **The New Republic**, Washington, v. 202, n. 12, p. 16-17, mar, 1990.

LEOGRANDE, William. **Our Own Backyard: The United States in Central America, 1977 – 1992**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1998.

MENGES, Constantine. Central America and its enemies. **Commentary Magazine**, New York, v. 72, n. 2, p. 32-38, ago, 1981.

RANGEL, Carlos. Mexico & Other Dominoes. **Commentary Magazine**, New York, v. 71, n. 6, p. 27-33, jun, 1981.

SANTAMARÍA, Abel Enrique. **La Gran Estrategia: Estados Unidos vs America Latina**. Havana: Editorial Capitan San Luis, 2013.

SINGER, Max. The record in Latin America. **Commentary Magazine**, New York, v. 74, n. 6, p. 43-49, dez, 1982.

\_\_\_\_\_. Losing Central America. **Commentary Magazine**, New York, v. 82, n. 1, p. 11-14, jul, 1986.

TRB. Choices in Central America. **The New Republic**, Washington, v. 188, n. 19, p. 6;40, mai, 1983.